



Estado de Mato Grosso PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTĂ DO NORTE

Biênio 2021/2022

Rua das Itaúbas, 72 - Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho do ano

de 2021.

DAVI MARQUES DA SILVA VEREADOR AUTOR



Estado de Mato Grosso PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTĂ DO NORTE

Biênio 2021/2022

Rua das Itaúbas, 72 - Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR LEGISLATIVO N°. 001/2021.

Senhor Presidente, Senhores (as) Vereadores (as);

Justifica-se a propositura deste projeto de lei pela necessidade de regulamentação para que o Conselho Municipal de Trânsito - CMT comece a funcionar em nosso município.

Com o conselho Municipal de Trânsito teremos uma organização melhor nas vias de nosso município e com isso uma melhor segurança de todos os transeuntes que circula por nossa cidade.

A grande missão do CMT é promover a segurança de trânsito na cidade, elaborando, implementando e reajustando constantemente um conjunto de ações harmônicas, efetivas e, sobretudo, adequadas à realidade e às necessidades da sua comunidade.

Plenário das deliberações da Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, 16 de junho de 2021.

DAVI MARQUE DA SILVA Vereador - Autor



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

PROCURADORIA JURÍDICA PARECER JURÍDICO Nº 50/2021

Guarantã do Norte-MT, 17 de Junho de 2021.

Ementa: Administrativo. Solicitação de parecer jurídico para análise e pronunciamento, sob o aspecto jurídico formal, acerca do Projeto de Lei Complementar nº 001 de 2021 de autoria do Poder Legislativo, e dá outras providências.

Ao SR. EDUARDO TALES DOS SANTOS Secretário Geral – Portaria 007/2021

DO PARECER

Vieram a este jurista e Procurador desta Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, a solicitação da Secretaria Geral, de Parecer quanto a <u>aspecto jurídico</u> <u>formal</u>, acerca do Projeto de Lei Complementar nº 001 de 2021 de autoria do poder Legislativo, com conteúdo que versa sobre "alteração o inciso VIII parágrafo único do art. 2º e o art. 3º ambos da Lei 805 de 2010, que cria o CMT" e dá outras providencias, conforme anexo.

Sendo está a síntese do necessário.

DA ANALISE E CONCLUSÃO

DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição na República e no artigo 88°, e seguintes da Lei Orgânica Municipal.

Feitas as considerações iniciais, esta Procuradoria Jurídica do Legislativo s.m.j., conclui que apesar de os ministros do STF terem decidido que é constitucional lei de iniciativa parlamentar a criar conselho de representantes da sociedade civil, integrante da estrutura do Poder Legislativo, com atribuição de acompanhar ações do Executivo, a propositura apresenta vícios de competência e/ou iniciativa, pois os conselhos municipais são organismos que compõem a estrutura do Poder Executivo.

Desta forma, em atenção ao princípio da independência de atuação dos dois órgãos do governo municipal impede que os membros da câmara de vereadores proponha leis de iniciativa do Executivo municipal, pois afrontaria o artigo 2º da Constituição Federal, que trata da separação e harmonia dos Poderes, bem como os artigos 48, inciso III e 90 ambos da Lei Orgânica deste município, que, na mesma esteira da Constituição Federal, classifica como poderes, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Página 1 de 2



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Entretanto, é importante salientar que os vereadores podem e devem acompanhar os trabalhos dos conselhos municipais, uma vez que a câmara municipal é órgão de controle externo da Administração Pública local.

Assim, cabe ao Poder LEGISLATIVO, a formalização de pedido ao **Executivo** para que realize a **alteração** dessa lei **municipal**. Pois, assim como a iniciativa de lei para criação de **conselho municipal** é exclusiva do chefe do Poder **Executivo**, a propositura para a **alteração** também o é, conforme art. 90 da Lei orgânica, *in verbis*:

"Art. 90. Lei específica AUTORIZARÁ O EXECUTIVO a criar Conselhos Municipais cujos meios de funcionamento este proverá e lhes definirá, em cada caso, atribuições, organização, COMPOSIÇÃO e funcionamento, forma de nomeação de titulares e suplentes e prazo do respectivo mandato." (grifo meu)

Após a análise do mencionado Projeto de Lei, está Procuradoria entende pela *INCONSTITUCIONALIDADE* do Projeto de Lei Complementar nº 001 de 2021 de autoria do Poder Legislativo, como também erro material, por ser a intensão do Projeto a alteração da Lei municipal nº 805/2010 já alterada pela Lei Complementar nº 1439/2016, isto com base na Lei Orgânica municipal.

Contudo, deve-se lembrar que a opinião da Procuradoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Sob a responsabilidade do meu grau, e salvo melhor juízo, EIS O PARECER, qual com todo acato e respeito, devolvo a Secretária Geral para consideração superior das Comissões Competentes e providencias.

JOÃO CARLOS VIDIGAL OAB/MT 21.105/O Procurador Jurídico



Estado de Mato Grosso

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407 C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão		Data	Horas
Ordinária			
Extraordinária			
Propositum			
Propositura		过加加亚州市市村外市,从中国的港 市市	
		1	
Autor:			
Autor:			
Autor:	REPROVADA	BAIXADO COMISSÃO	PEDIDO DE
	REPROVADA	BAIXADO COMISSÃO	PEDIDO DE VISTAS

N^o	Senhores Vereadores	Voto
1	Alberto Marcio Gonçalves	
2	Alexandre R. Ribeiro Vieira	
3	David Marques Silva	
4	Demilson Camargo Martins	
5	José Ferreira de França	
6	Silvio Dutra da Silva	
7	Valcimar José Fuzinato	
8	Valter Neves de Moura	
9	Zilmar Assis de Lima	

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não



Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

PARECER AO PROJETO DE LEI DO COMPI	LEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/2021
Autores Vereadores da Comissão de Constituição	e Justiça.
PARE	CCER
Parecer ao Projeto de Lei Complementar do I ALTERAÇÃO DO INCISO VIII PARAGRAI 1439/2016 DE 05/07/2016 QUE DISPOE S TRANSPORTE – CMT."	FO UNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº
Em análise, ao Projeto, observamos que o mesmo ter	m Respaldo legal.
A Comissão emite parecer declarando como constitue.	tucional e no mérito pedem aprovação do referido
Abstenção do Vereador Silvio Dutra.	
Justifica- se a ausência do Vereador Alexandre co	om prévia justificativa. o vereador está na Capital
do Estado cumprido agenda parlamentar.	F. S. S. J. S.
É o parecer.	
Guarantã do Norte, 12 de julho de 2021.	
Alexandre R Presid	

Demilson Camargo Martins

Relator

Silvio Dutra da Silva

Vice-Presidente



Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/2021	

Autor Vereador: Zilmar Assis de Lima.

Relator da Comissão de Transporte, Tecnologia, Informática, Obras Públicas e Urbanismo.

PARECER

Parecer ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/2021 de Autoria do Vereador David Marques Silva que "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO INCISO VIII PARAGRAFO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1439/2016 DE 05/07/2016 QUE DISPOE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE – CMT. "

Em análise ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/2021, vejo que se torna clara a necessidade do referido projeto com a finalidade de assegurar a participação comunitária e servir de instância de articulação intersetorial para assessorar a Administração Pública Municipal nas questões relacionadas ao Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana no Município de Guarantã do Nortè, objetivando promover uma melhor organização nas vias de nossa cidade, auxiliando na elaboração do plano de mobilidade urbana e fiscalizando a sua execução, além de realizar estudos e elaborar sugestões de melhorias no trânsito que se adequem a realidade e as necessidades do transito em nossa comunidade. Considerando que a lei foi aprovada no ano de 2016 e está inerte até os dias atuais, necessário se faz a regularização do conselho e o incentivo para que inicie seus trabalhos contribuindo para o bem social.

Assim sendo esse Relator emite parecer declarando como **Favorável** ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo 001/2021.

É o parecer.

Guarantã do Norte, 15 de Julho de 2021.

Zilmar Assis de Lima Relator



Estado de Mato Grosso

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407 C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão		Data	Horas
Ordinária			
Extraordinária		-	
		_	
Propositura			
. o p o o . c . c . c			
Autor:			
Autor.			
Autor.			
	REPROVADA	RAIXADO COMISSÃO	DEDIDO DE
APROVADA	REPROVADA	BAIXADO COMISSÃO	PEDIDO DE VISTAS

N^o	Senhores Vereadores	Voto
1	Alberto Marcio Gonçalves	5
2	Alexandre R. Ribeiro Vieira	5
3	David Marques Silva	5
4	Demilson Camargo Martins	5
5	José Ferreira de França	5
6	Silvio Dutra da Silva	5
7	Valcimar José Fuzinato	P
8	Valter Neves de Moura	5
9	Zilmar Assis de Lima	5

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não